

Três cabeças, três soluções

Arquivo — 2/9/83

Consuelo Diegues

BRASÍLIA — Se o governo decidisse convocar os ex-presidentes do Banco Central, como fez com Fernão Bracher, para assessorá-lo na questão da dívida externa, certamente seria a equipe mais divergente de todos os tempos, tão diferentes os pontos de vista defendidos pelos que já participaram da negociação da dívida. Enquanto Carlos Langoni acha que o Brasil não precisa ter pressa para negociar, Antônio Carlos Lemgruber, defende um acordo imediato com o FMI, para evitar retaliações, e Paulo Lyra, com a proposta mais radical, acha que o Brasil tem que impor aos credores a sua posição de negociação.

Langoni acredita que a ida do Brasil ao Fundo será apenas uma questão política na negociação, caso o país consiga reduzir as suas taxas de inflação, que são, segundo ele, a questão crucial. Já Lemgruber não vê possibilidade de acordo com os bancos credores sem o aval do FMI. Paulo Lyra, por sua vez, acredita que o melhor que o Brasil tem a fazer é suspender todos os pagamentos de juros, fazer a capitalização desses juros e criar um fundo para que a dívida comece a ser paga novamente só dentro de cinco anos.

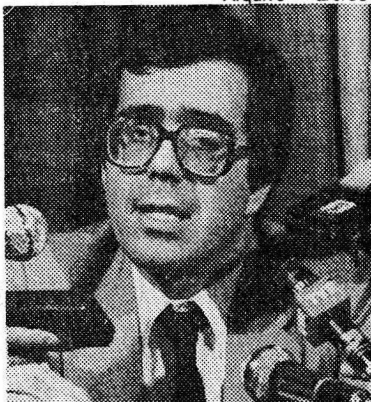
Essas idéias tornam-se ainda mais surpreendentes por trazerem embutidas uma certa peculiaridade já que foi Langoni, como presidente do Branco Central, que negociou o acordo do Brasil com o FMI, e Lemgruber, por sua vez, foi presidente do banco nos primeiros seis meses da Nova República, quando a ida ao FMI era uma idéia totalmente execrada pelo governo. Paulo Lyra, por outro lado, foi presidente do banco de 74 a 79, período em que os credores externos não eram tratados com tanta dureza.

A opinião de Carlos Langoni é de que o Brasil não precisa ter pressa para negociar a dívida porque as condições externas em termos de saldo da balança comercial e liquidez tendem a melhorar nos próximos meses. Para ele, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, parte de uma posição confortável para negociar a dívida, já que não foi ele quem suspendeu os pagamentos de juros.

Langoni também considera que a questão da negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) está sendo mal colocada, porque, nas negociações da dívida, o essencial é a implementação efetiva do Plano macroeconômico, principalmente no que diz respeito ao déficit público. A opinião de Langoni é de que, se realmente houver corte no déficit público, o Brasil terá condições efetivas para liderar um novo estágio nas negociações externas.

Esse novo estágio, Langoni chama de reestruturação da dívida, em contraste com o simples refinanciamento ou rolagem. Reestruturação da dívida, na visão de Langoni, significa de fato romper com os padrões tradicionais que podem ser resumidos em aporte de dinheiro novo para pagar os juros.

— Todos hoje reconhecem que esse esquema apenas ganha tempo mas não equaciona as questões fundamentais da



Langoni: sem pressa

Arquivo — 29/3/85



Lemgruber: acordo já

Arquivo



Lyra: radicalizando

dívida — avalia Langoni, que acredita que hoje há espaço para a capitalização parcial dos juros e até mesmo para a substituição da dívida atual por uma nova dívida, reduzida, aproximadamente, pelo valor do desconto com que são transacionados os créditos brasileiros.

Langoni adverte, no entanto, que todas essas soluções novas dependem de uma condição fundamental: o Brasil precisa demonstrar claramente que tem condições de controlar a inflação. A partir dessa evidência, a questão de formalizar a participação do FMI no esquema será uma decisão de conveniência econômica e política.

Posição bem mais ortodoxa em relação à dívida, no entanto, tem Antônio

Carlos Lemgruber. Para ele, sem aval do FMI, será impossível um acordo com os bancos credores. Para Lemgruber, a experiência dos últimos anos mostrou que todas as fases recessivas da economia brasileira aconteceram antes da entrada do FMI. A adoção de programas de ajustamento, em conjunto com o FMI, ajudou muito no processo de recuperação da economia, segundo sua avaliação.

Lemgruber aponta como o principal perigo na estratégia de renegociação da dívida a adoção de medidas unilaterais pelo Brasil. Para ele, medidas desse tipo podem provocar efeitos danosos para a economia.

O primeiro efeito, segundo ele, é de, na eventualidade da necessidade de dinheiro novo superar o pagamento de juros, o país parar. Isso quase ocorreu entre março e abril, quando os saldos da balança comercial e as reservas cambiais chegaram a níveis muito baixos. O segundo problema são as linhas de curto prazo que, apesar da cobertura do BC, que determina que essas linhas não sejam pagas caso não sejam renovadas, não é uma proteção completa, já que o Brasil pode ser intimado a pagar suas linhas. Por último, Lemgruber adverte para o perigo dos bancos pequenos decidirem cobrar na Justiça seus créditos junto ao Brasil.

Já Paulo Lyra tem idéias singulares para a negociação da dívida, como ele mesmo admite. Para ele, o comportamento do Brasil no processo de negociação da dívida externa é de aceitação das linhas gerais estabelecidas pelo FMI, e agora pelo Plano Baker.

Essa visão pessimista se dá pelo fato dos bancos terem perdido dinheiro com o Brasil nos últimos anos e de que os acionistas não têm intenção de voltar a emprestar para o Terceiro Mundo. Os empréstimos que vêm sendo liberados são sempre organizados sob a égide do FMI, afirma Lyra.

Por esse motivo, ele defende o “desengajamento temporário do Brasil do sistema financeiro internacional”, e aponta três sugestões. Para Lyra, o Brasil, como devedor, deve mudar a forma de pagar os juros exigindo *spreads* generosos, em torno de 1,25%, pagos sob a forma de capitalização em conta por um período de cinco anos, isto é, os juros seriam incorporados ao principal por um período de cinco anos.

Pela proposta de Lyra, sobre o valor dos juros que se acumular ao final desses cinco anos, devem ser pagos juros e amortização por um período de 20 anos. Nos seus cálculos, isso significa que desde o primeiro ano que esse sistema estiver em vigor o Brasil deixará de transferir 2,5% do PIB para o exterior, o que vai garantir o crescimento da economia entre 7% e 8% ao ano.

Em contrapartida, o país terá que ir fazendo um depósito junto aos bancos credores para poder pagar seus compromissos ao final dos cinco anos em que deixou de pagar os juros. Para fazer esse depósito, o Brasil teria que suspender todas as operações em moeda estrangeira, com exceção do Bird e BID.